ÁGUA, CERRADO, EUCALIPTO E GENTE

CARLOS EDUARDO MAZZETTO SILVA *
CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES **

"Sendo se diz, que minha terra representa o elevado reservatório, a caixa d'água, o coração branco, difluente, multivertente, que desprende e deixa para tantas direções, formadas em caldas as enormes vias – o São Francisco, o Parnaíba e o Grande que fazem o Paraná, o Jequitinhonha, o Doce, o Pardo, os afluentes para o Parnaíba, o Mucuri, o Amazonas, ou ainda – e que desde a meninice de seus olhos d'água, da descrição dos brejos e minadouros, e desses monteses riachinhos com subterfúgios, minha terra é doadora plácida"
(João Guimarães.Rosa, **Grande Sertão Veredas**)

Em diversas reportagens recentes, sobretudo, nos jornais mineiros, tem sido apontada a ameaça do "apagão florestal" e a conseqüente necessidade de novos plantios homogêneos de eucalipto para evitar essa catástrofe para o setor siderúrgico e de celulose. Também tem sido propagandeado o mercado global de carbono, dentro do chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Este seria um fator de estímulo ao monocultivo de eucalipto, denominado equivocadamente de *reflorestamento*, para realização do seqüestro de carbono, através da fotossíntese, atraindo investimentos externos de países poluidores do chamado mundo desenvolvido, dando a eles o direito de continuar poluindo, desde que paguem cotas de carbono aos plantios homogêneos realizados, em geral, por firmas estrangeiras em território brasileiro. Alguns prefeitos do interior mineiro caem nesse canto da sereia e associam essas iniciativas ao progresso sócio-econômico de seus municípios.

Sabe-se que, na década de 1970, houve, em Minas Gerais, um forte incentivo à implantação dessas monoculturas, tendo sido, inclusive, arrendadas pelo Estado, a preços irrisórios, terras devolutas a empresas "*reflorestadoras*" que homogeneizaram, com suas monoculturas, as Chapadas antes cobertas por Cerrados. Só no Norte de Minas mais de um milhão de hectares foram plantados. Não se pode hoje defender uma nova expansão desses monocultivos sem uma avaliação sócio-econômica e ambiental desse processo.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que essas terras devolutas, provisoriamente arrendadas pelo Estado, se constituíam em *terras de uso comum* das comunidades sertanejas que faziam uso dessas Chapadas, por eles chamadas *gerais* porque de todos, onde praticavam o extrativismo dos frutos do Cerrado para uso alimentar (pequi, araticum, mangaba, murici, jatobá, baru etc.), recolhiam seus remédios (fava d'anta, barba timão, unha d'anta etc.) e faziam a produção de óleo e sabão (de pequi, rufão, tingui e palmeiras diversas). As comunidades também soltavam o gado para pastar nesses Cerrados nas épocas de maior restrição de forragem dos pastos plantados. Foi, portanto, um processo de privatização, ainda que temporário, de terras públicas de uso comum dessas comunidades.

A diferença da época de tais concessões é que, hoje, não só sabemos dos resultados dessa política como vivemos numa democracia a duras penas

conquistada e que nos permite discutir os destinos do Cerrado. Naquela ocasião, esse debate não foi possível diante da ditadura que impôs a privatização do que era comum e público. Dizia-se, até, que o Cerrado era um "vazio de gente", ignorando a existência de diferentes populações que teceram um rico acervo de conhecimentos acerca dos Cerrados (Manoelzão e Guimarães Rosa que o digam!).

A promessa da geração de empregos não se realizou porque a ocupação da mão-de-obra se deu apenas em fases muito específicas do processo produtivo, em especial na etapa do desmatamento e plantio e, depois, no corte e carvoejamento, sendo que, no Cerrado mineiro, entre um e outro há um espaço de oito anos. Ainda assim, as condições de trabalho nessas etapas têm sido as piores e, até mesmo, com inúmeros casos de trabalho escravo identificados. A maior parte da riqueza, na verdade, não fica na etapa de plantio e carvoejamento e sim na indústria que processa e exporta ferro-guza para os países "desenvolvidos". Além disso, em geral, as firmas "reflorestadoras" não têm nenhum vínculo nem compromisso com o local e o município onde se dá o plantio e sua ação desestabilizou fortemente a agricultura familiar de diversos municípios mineiros, gerando, ao contrário, desemprego e expulsão do campo.

Mas, talvez, seja no aspecto ambiental onde o impacto negativo foi mais visível, desencadeando, por conseqüência, um problema social de grandes proporções. Na década de 1970 se considerava o Cerrado como um conjunto de árvores baixas, tortas, feias e inúteis. Sua biodiversidade era irrelevante. Era preciso devastar o Cerrado para proteger a Amazônia. E, pior, ignorou-se o papel hidrológico que as Chapadas desta região cumprem quando cobertas por Cerrado: áreas de recarga hídrica, responsáveis pelo provimento do lençol freático que alimenta as nascentes e os córregos, os quais, por sua vez, abastecem as bacias dos rios São Francisco, Jequitinhonha e Pardo. Essas Chapadas fazem do Cerrado a grande caixa d'água do território brasileiro, fato percebido pela sensibilidade do nosso grande Guimarães Rosa nesta passagem belíssima de **Grande Sertão Veredas**:

> *O chapadão é sozinho – é largueza. O sol. O céu de não se querer ver. As duras areias. As arvorezinhas ruim-inhas de minhas. Ali chovia? Chove – e não encharca poça, não rola enxurrada, não produz lama: a chuva inteira se sorvete em minuto terra a fundo, feito um azeitizinho entrador*

Os Cerrados das Chapadas transpiram entre 1,5 mm (na seca) e 2,5 mm (nas águas) de água por dia. Possuem cascas grossas, folhas coriáceas e portentoso sistema radicular, todos elementos que lhe propiciam uma grande capacidade de economia de água. O que era considerado um defeito – a baixa altura de suas árvores –, na verdade, nas condições climáticas e de solo de domínio do bioma, e do Norte de Minas em especial, se constitui numa grande virtude. A baixa produção de biomassa – as savanas produzem em média de dez a vinte toneladas de biomassa por hectare – desses Cerrados também é um fator de economia de água, o que permite que a chuva que cai se infiltre no

solo e, assim, abasteça o lençol freático e as fontes, córregos, brejos e várzeas que propiciaram a ocupação humana e a vida dos povos dos Cerrados.

Com a monocultura do eucalipto acontece o contrário. Ela transpira cerca de 6 mm de água por dia e produz, no espaçamento aplicado nos Cerrados, de 100 a 150 toneladas de biomassa por hectare. Ora, não podemos nos esquecer que 2/3 da biomassa dos seres vivos é constituída de água; ou seja, a água contida na maior biomassa da monocultura era a água que, antes, quando havia ali o Cerrado, alimentava o lençol freático que mantinha as nascentes e os córregos desses locais. Não é à toa, portanto, que as populações do Cerrado vêm denunciando os estragos da monocultura, em especial sobre as fontes de água que abasteciam as comunidades pelos *Gerais* afora. Alguns cientistas, prisioneiros de suas especializações em crise ou ignorando novas perspectivas teóricas, como a etnociência ou o diálogo de saberes (Henrique Leff e Carlos Walter Porto-Gonçalves), ou, simplesmente, mal informados ou mal intencionados, querem desqualificar essa percepção certeira das comunidades rurais que sofrem na pele esse impacto, taxando-a de "sem embasamento científico". As empresas procuram negar esse fenômeno, visando, é claro, a preservação dos seus lucrativos negócios, o que seria legítimo se não fossem os seus desproporcionais custos sócio-ambientais.

Em função disso tudo, cresce atualmente um novo tipo de sujeito excluído – os atingidos pela monocultura do eucalipto, cunhada, sintomaticamente, por algumas populações locais de "deserto verde". O complexo reflorestador-siderúrgico-celulósico é, rigorosamente, do ponto de vista científico, agente de um modelo produtivo que impacta Cerrados, água e gente e que de sustentável não tem nada. Não há mercado de carbono que dê conta de fazer chamar esse processo brutal de "desenvolvimento limpo". Isso é uma clara jogada de *marketing* para pintar de verde um processo ecológico e socialmente predatório.

Do outro lado, as populações atingidas, assim como as entidades que as apóiam, além de ambientalistas independentes, cientistas responsáveis e alguns órgãos/técnicos governamentais, estão empenhados em revalorizar os Cerrados, que hoje se regeneram em áreas onde a monocultura de eucalipto já degenerou, permitir a revitalização das águas (que é o mais vital e fundamental de tudo) e construir uma nova forma de apropriação social dessas Chapadas pelas populações locais, agregando valor aos produtos da biodiversidade dos Cerrados e gerando, aí sim, um processo de desenvolvimento local sustentável nos aspectos sociais, econômicos e ambientais. Como a obscura fase da ditadura está superada, esperamos que o debate democrático seja feito e que valores como justiça social (a função social da terra), diversidade cultural (e não a mono-cultura) e respeito aos processos ecossistêmicos prevaleçam. É a vida do Cerrado e de seus povos que está em jogo.

** Carlos Eduardo Mazzetto Silva é engenheiro agrônomo, mestre em Geografia (Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG), doutorando em Ordenamento Territorial e Ambiental (Universidade Federal Fluminense/UFF) e professor de*

Geografia e Análise Ambiental do Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH).
*** Carlos Walter Porto-Gonçalves é geógrafo, doutor em Geografia (Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ) e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF). [cwpg@nitnet.com.br]*